

**FINAL MDG-F JOINT PROGRAMME
NARRATIVE REPORT**

Participating UN Organization(s)	Sector(s)/Area(s)/Theme(s)
<p>FAO ILO PAHO-WHO (lead agency) UNDP UNICEF (lead agency)</p>	<p>Please indicate Thematic window and other relevant sub thematic areas</p> <p>Children, Food Security and Nutrition</p>

Joint Programme Title	Joint Programme Number
<p><i>MDGs beyond averages: Promoting Food Security and Nutrition for Indigenous Children in Brazil</i></p> <p>Programa Conjunto de Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil – PCSAN</p>	<p>MDGF - 2032</p>

Joint Programme Cost [Sharing - if applicable]	Joint Programme [Location]
<p>[Fund Contribution]: USD 6.000.000,00</p> <p>Govt. Contribution: USD</p> <p>Agency Core Contribution:</p> <p>Other:</p> <p>TOTAL: USD 6.000.000,00</p>	<p>Region (s): Latin America and the Caribbean</p> <p>Sub-Region (s): Southern Cone</p> <p>Country (s) Brazil</p>

Final Joint Programme Evaluation	Joint Programme Timeline
<p>Final Evaluation Done Yes <input checked="" type="checkbox"/> No <input type="checkbox"/></p> <p>Evaluation Report Attached <input checked="" type="checkbox"/> Yes <input type="checkbox"/> No</p> <p>Date of delivery of final report August 30, 2013</p>	<p>Original start date 2009-12-16</p> <p>Final end date 2013-06-30</p>

Participating Implementing Line Ministries and/or other organisations (CSO, etc)
<p>Agência Brasileira de Cooperação- ABC, Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Ministério da Saúde – MS/Secretaria Especial de Saúde Indígena-SESAI e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS</p>

Report Formatting Instructions:

- Number all sections and paragraphs as indicated below.
- Format the entire document using the following font: 12point _ Times New Roman.

I. PURPOSE | Contextualização e Objetivos

O Brasil alcançou um progresso considerável no que se refere às condições nutricionais e de saúde de sua população, mostrando melhoras significativas nas mulheres e crianças abaixo de cinco anos de idade, até em regiões em que tradicionalmente existiam altos níveis de desnutrição. Contudo, as condições de vida e saúde de alguns grupos étnicos são insuficientes e de baixa qualidade; existindo uma situação de fragmentação cultural, doenças e fome, com taxas de mortalidade e desnutrição infantil mais altas que a média nacional.

Neste contexto, o sistema da ONU junto com os parceiros nacionais decidiram formular o Programa Conjunto “Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil” com o objetivo de contribuir para ao alcance dos resultados que o país obteve para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio ao incluir os grupos mais vulneráveis da sociedade brasileira

Com um orçamento de USD 6 milhões e uma duração de 3,5 anos, o Programa Conjunto (PC) “Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil” teve como objetivo geral contribuir com a melhoria da segurança alimentar e nutricional de crianças e mulheres indígenas vulneráveis no município de Dourados e na região de Alto Rio Solimões.

O Programa Conjunto tem como objetivo geral contribuir com a melhoria da segurança alimentar e nutricional de crianças e mulheres indígenas nos municípios de Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Tabatinga, região do Alto Rio Solimões (Amazonas) e em Dourados (Mato Grosso do Sul). As duas regiões se destacam pela concentração de povos indígenas e, sobretudo, pelos desafios em termos de garantia de direitos de crianças e mulheres indígenas, segmentos populacionais mais vulneráveis em termos de acesso à saúde e à alimentação adequada, direitos humanos fundamentais para todo cidadão.

O Programa Conjunto tem como eixo estrutural a ampliação do acesso a serviços e políticas públicas considerando os aspectos culturais e sociais da população alvo. Todas as atividades relacionadas com o incremento do fornecimento de serviços de segurança alimentar, nutrição e saúde são coordenadas por meio de ações de empoderamento dos povos indígenas. Por isso, há um conjunto de instituições públicas, universidades, entidades da sociedade civil, lideranças e organizações indígenas envolvidas na implementação das ações. As atividades do projeto incluem também o fortalecimento da capacidade institucional das entidades públicas e organizações indígenas para apoiar o estabelecimento de redes intersetoriais e a participação social. E a ação integrada e participativa entre as autoridades públicas e os Povos Indígenas está presente na implementação direta das ações e nos fóruns de controle social.

O PCSAN foi executado por cinco organismos das Nações Unidas (FAO, OIT, OPAS/OMS, PNUD e UNICEF), em parceria com o Governo Brasileiro, representado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI/Ministério da Justiça); Secretaria Especial de Saúde Indígena/Ministério da Saúde (SESAI/MS); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

As ações atendem demandas das comunidades e prioridades estabelecidas nos programas governamentais do Brasil, bem como desafios identificados durante a realização das atividades, sem perder de foco a contribuição ao país para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, especialmente na redução da fome e das taxas de mortalidade infantil, o que não seria possível sem o apoio de parceiros nacionais, regionais e locais.

São cinco os eixos de atuação do PCSAN:

- Fortalecimento Institucional.
- Empoderamento Comunitário.
- Produção de material culturalmente adaptado.

- Disseminação de boas práticas.
- Gestão, avaliação e monitoramento.

Os resultados esperados de PCSAN foram os seguintes:

1. Melhora da segurança alimentar e nutricional das crianças e mulheres na região de Alto Solimões (Amazonas) e no município de Dourados (Mato Grosso do Sul);
2. Povos Indígenas empoderados para exigir seu direito humano à alimentação adequada e saúde, e instituições públicas capacitadas e fortalecidas para desempenhar suas funções;
3. Diagnóstico, monitoramento e avaliação da segurança alimentar e nutricional das populações indígenas realizados.

II. ASSESSMENT OF JOINT PROGRAMME RESULTS | Avaliação dos Resultados do Programa Conjunto

Resultados e Produtos do PC	
1. Melhora da SAN das crianças e mulheres na região de Alto Solimões (Amazonas) e no município de Dourados	1.1. Crianças e mulheres indígenas com amplo acesso a políticas de saúde pública baseadas na etnicidade e cultura dos povos indígenas. 1.2. Profissionais e gestores de saúde, professores, mulheres (particularmente gestantes), lideranças indígenas e curandeiros tradicionais compartilhando uma série de conhecimentos e práticas de cuidados da criança. 1.3. Incremento da produção, do acesso e do consumo de alimentos saudáveis baseado na etnicidade e cultura dos povos indígenas. 1.4. Sistemas de Produção dos Povos Indígenas reconhecidos e sistematizados desde a perspectiva da agrobiodiversidade e proteção e apreciação da cultura indígena na região do Programa.
2. Povos Indígenas empoderados para exigir seu direito humano à alimentação adequada e saúde, e instituições públicas capacitadas e fortalecidas para desempenhar suas funções.	2.1. Líderes e Organizações Indígenas informados e fortalecidos para exigir o seu direito humano à alimentação adequada e à saúde no contexto das políticas públicas. 2.2. Segurança alimentar e nutricional discutida, promovida e disseminada pelos jovens. 2.3. Fortalecimento da participação social das mulheres indígenas. 2.4. Instituições públicas e gestores locais fortalecidos e capacitados em suas funções de promover, respeitar, proteger e providenciar os direitos humanos dos Povos Indígenas, particularmente os direitos das crianças e mulheres.
3. Diagnóstico, monitoramento e avaliação da segurança alimentar e nutricional das populações indígenas realizados	3.1. Diagnóstico da situação (linha de base) da segurança alimentar e nutricional (SAN) dos povos Indígenas na região do Rio Alto Solimões (AM) e o município de Dourados (MS) produzido. 3.2. Diagnóstico (linha de base) do grau de realização dos direitos humanos das crianças e mulheres indígenas na região do Programa. 3.3. Plano de trabalho plurianual para promover a segurança alimentar e nutricional, visando à redução da vulnerabilidade de crianças, adolescentes e mulheres indígenas. 3.4. Fortalecimento da vigilância sanitária e nutricional Indígena 3.5. Indicadores monitorados, lições aprendidas e boas práticas registradas, analisadas, documentadas e disseminadas no âmbito nacional e internacional visando especialmente ao fortalecimento da cooperação Sul-Sul.

Figura 1: Resultados e produtos do PC

RESULTADO 1 – MELHORA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DAS CRIANÇAS E MULHERES NA REGIÃO DE ALTO SOLIMÕES E NO MUNICÍPIO DE DOURADOS

Para lograr atingir este resultado foram implementadas um grande numero de ações que absorveram mais da metade do orçamento total do projeto. Estas ações tiveram um grande foco na saúde (incremento do acesso a políticas de saúde publica), os cuidados da criança (troca de conhecimentos e praticas de cuidado da criança) e a nutrição (incremento da produção e do acesso e consumo de alimentos saudáveis e o reconhecimento dos sistemas de produção dos povos indígenas desde a perspectiva de agrobiodiversidade), e sua implementação foi baseada na etnicidade e cultura dos povos indígenas. Os logros mais destacados são os seguintes:

Melhoria da situação nutricional das crianças menores de 5 anos

Segundo os dados dos DSEIs de Dourados e Alto Rio Solimões, a situação nutricional das crianças

indígenas menores de 5 anos nestes distritos melhorou levemente entre 2009 e 2012. As seguintes tabelas mostram a diminuição da porcentagem de crianças de baixo peso e crianças em risco nutricional nos dois distritos sanitários onde se localizam as áreas de intervenção do Programa.

MÊS	Crianças < 5 anos	Avaliadas	Cobertura	Baixo peso >P3	Risco nutricional ≥ P3 e < P10	Adequado ≥ P10 e < P97	Sobrepeso ≥ 97
			%	%	%	%	%
2009	2200	2137	97,13	6,07	12,16	79,03	2,71
2010	2145	2093	97,53	6,21	11,28	80,00	2,62
2011	2148	2120	98,70	5,32	11,32	80,87	2,45
2012	2191	2146	98,49	5,87	11,00	80,80	2,19

Figura: Evolução do perfil nutricional das crianças indígenas menores de 5 anos no município de Dourados. Fonte: DSEI Dourados

MÊS	Crianças < 5 anos	Avaliadas	Cobertura	Baixo peso >P3	Risco nutricional ≥ P3 e < P10	Adequado ≥ P10 e < P97	Sobrepeso ≥ 97
			%	%	%	%	%
2009	7510	4981	66,30	19,57	21,62	57,72	1,08
2010	7709	6174	80,01	19,40	24,31	54,65	2,60
2011	8127	6533	80,04	16,24	22,47	59,86	1,43
2012	8714	7401	84,90	15,78	21,95	61,00	1,64

Figura: Evolução do perfil nutricional das crianças indígenas menores de 5 anos na região de Alto Rio Solimões. Fonte: DSEI Alto Rio Solimões

Embora estes dados correspondam às crianças de todo o distrito sanitário, se poderia afirmar que as ações do Programa relacionadas com a saúde, nutrição, agricultura e atividades geradoras de renda tem contribuído a esta redução. Uma vez que sejam publicados os resultados do análise do perfil nutricional das crianças das aldeias participantes no Programa, se poderá confirmar este resultado.

Fortalecimento dos serviços de saúde indígena

Desde 2008 a FUNASA atravessou um processo de reestruturação que culminou com a criação da SESAI em 2010 como uma secretaria do Ministério da Saúde. A SESAI é a instituição responsável da gestão da saúde indígena, no sentido de proteger e promover a saúde dos povos indígenas, bem como orientar o desenvolvimento das ações de atenção integral à saúde indígena e de educação em saúde. Devido ao processo de transição, a gestão administrativa e financeira na SESAI ficou muito complexa e centralizada, precisando de parcerias com ONGs e organizações internacionais para o a realização de qualquer contrato, atividade ou despesa, inclusive as mais básicas. Além disso, houve uma grande rotação do pessoal pelo que a capacidade da SESAI para fortalecer os serviços de saúde para as comunidades indígenas ficou bastante limitada.

Neste contexto, o apoio do PC aos DSEIs (Distrito Sanitário Especial Indígena) nas áreas de implementação do Programa foi essencial. O apoio do PC se focalizou na capacitação do pessoal e o fornecimento de materiais para a vigilância nutricional. Ao início do Programa se elaborou um “Plano de fortalecimento do serviço de saúde” com base nos perfis epidemiológicos das duas áreas e das necessidades apresentadas pelos serviços de saúde locais. Ao longo dos três anos de implementação do PC se realizaram um grande numero de capacitações (ver Figura 8) aos profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e agentes indígenas de saúde- AIS-) nas seguintes varias temáticas: vigilância alimentar e nutricional ação integrada para doenças prevalentes na infância (AIDPI), saúde mental, aleitamento materno e alimentação complementar. Estes dois últimos cursos podem se tornar piloto para a Rede de Aleitamento Materno e Alimentação Complementar na perspectiva da Saúde Indígena. As oficinas realizadas nas duas regiões foram muito bem valoradas pelos participantes, tanto pela temática como pela metodologia participativa utilizada.

Capacitações	DOURADOS						ALTO RIO SOLIMÕES			
	Profissionais		AIS		Indígenas		Profissionais		AIS	
	O	P	O	P	O	P	O	P	O	P
SISVAN	1	20	2	37			2	56	11	393
AIDPI	3	74	2	51			2	49	1	22
Aleitamento materno	1	18	2	43	7	96	1	38	2	83
Imunização							1	45		
Manejo desnutrido							1	30		
TOTAL	5	112	6	131	7	96	7	218	14	498

Figura: Capacitações realizadas na área de saúde
 Fonte: dado fornecidos pela OPAS

Nota: O: Oficinas, P: Participantes

Outro resultado das oficinas para sobre aleitamento materno e alimentação complementar foi a elaboração dum álbum seriado c330 profissionais da saúde om 10 passos para a alimentação complementar saudável, que inclui receitas saudáveis e culturalmente referenciadas, que foram testadas e aplicadas durante oficinas de culinárias com mães e responsáveis por crianças menores de 2 anos.

Esta ação é considerada muito bem sucedida, pois fortaleceu os DSEI nas duas regiões e contribuiu a melhorar a situação nutricional e de saúde de crianças e mulheres indígenas. Contudo, segundo alguns profissionais da saúde entrevistados em Alto Rio Solimões, consideraram que a intervenção poderia ter tido um maior impacto se a formação tivesse estado centrada nos AIS, que tem contato direto e continuado com as comunidades e vão permanecer nestas áreas, mais se priorizou a formação dos profissionais que normalmente ficam na zona 2 ou 3 anos. Os AIS são pessoas das comunidades indígenas, muito ativas e motivadas, mais sem formação em temas relacionados com a saúde. Cada AIS supervisa o estado nutricional de crianças e mulheres grávidas de um grupo de 50-70 famílias, normalmente da sua comunidade. O PC previa que os profissionais sanitários (médicos, enfermeiros e técnicos) que receberam as capacitações iriam formar aos AIS, o que não aconteceu devido a sobrecarrega de trabalho de estes profissionais e à falta de recursos para transporte e alimentação dos AIS durante as capacitações.

Alguns profissionais da saúde entrevistados consideram que os AIS tem capacidade para receber uma formação básica no tratamento de doenças como malária, dengue o filaria o que contribuiria a melhorar o estado de saúde e nutricional das comunidades indígenas. Estes profissionais valoraram muito positivamente a formação em AIDPI mais comentaram que para poder aplicar as estratégias do AIDPI precisavam de materiais (fichário, soro de reidratação oral...) que não foram fornecidos nem pelo Programa nem pela SESAI, pelo que não poderiam por os conhecimentos apreendidos na pratica.

Alguns participantes nas oficinas de boas práticas recomendaram que em futuras capacitações relacionadas com a nutrição infantil deveriam participar também as mães, pajés e parteiras, e que estas oficinas deveriam ser mais praticas.

Levantamento de demandas de segurança alimentar e nutricional

O levantamento de demandas sobre a temática de saúde e segurança alimentar e nutricional nos quatro municípios que participam no Programa teve como objetivo desenvolver um processo de escuta junto às comunidades e lideranças indígenas, quanto às suas demandas e necessidades, com vistas ao alinhamento das atividades previstas no plano de trabalho do PC.

Realizaram-se oficinas com uma metodologia participativa, baseada na técnica de grupo focal, com a participação em média de 60 indígenas em cada uma. Em cada oficina, os participantes foram divididos em 3 grupos: grupo dos jovens, das mulheres e dos homens para poder ouvir as necessidades e problemas específicos de cada grupo. O grupo dos homens focalizou os debates em temas relacionados com a economia familiar, as atividades geradoras de renda, a agricultura, o cuidado da terra, a pesca, e a falta de oportunidades para os jovens. O grupo das mulheres priorizou a temática relativa à alimentação das crianças, à produção de produtos alimentares tradicionais e saudáveis, os problemas para a comercialização da produção e a falta de água potável e outros serviços públicos. O grupo dos jovens discutiu sobre a preocupação que geram aos seus pais, bem como sobre a falta de oportunidades de emprego e de atividades recreativas.

As Oficinas levantam diversas questões importantes relacionadas à segurança alimentar e nutricional que

deviam ter sido consideradas no marco do PC. Houve demandas muito concretas por parte das comunidades relacionadas com a terra, as atividades geradoras de renda, a situação dos jovens, os problemas de comercialização que não foram consideradas suficientemente na segunda fase do Programa.

O levantamento de demandas foi um diagnóstico participativo muito interessante sobre as demandas e interesses dos povos indígenas. Estes levantamentos deveriam ser amplamente disseminados com as instituições públicas e outros atores que trabalham nestas áreas. Contudo, lideranças e outros membros das comunidades indígenas manifestaram sua frustração e indignação porque as demandas apresentadas em este exercício não foram tidas em conta pelo Programa. O levantamento de demandas gerou grandes expectativas que não foram satisfeitas.

Troca de saberes sobre os direitos e cuidados da criança

A troca de saberes entre os povos indígenas e não indígenas sobre conhecimentos e prática de cuidados e direitos da criança foi realizada com o objetivo de reforçar as competências familiares, valorizar os conhecimentos e práticas tradicionais e enriquecer os saberes locais com informações científicas não indígenas.

Esta atividade foi realizada em várias comunidades das duas regiões de atuação do Programa e contou com a alta participação de profissionais da saúde, mulheres, lideranças indígenas, pajés e parteira (um total de 430 pessoas indígenas e não indígenas). A ferramenta utilizada para orientar as discussões foi o Kit Família Brasileira Fortalecida (kit FBF) da UNICEF, os cinco álbuns seriados, que aborda os temas da atenção à gestante e o desenvolvimento integral da criança desde o pré-natal até os seis anos de idade. Durante as oficinas, os participantes foram motivados a rememorar e compartilhar as práticas tradicionais e atuais com o propósito de fortalecer a cultura indígena e garantir a continuidade da sabedoria local.

Alguns entrevistados, agentes indígenas de saúde, pajés e parteiras, manifestaram o interesse pela atividade e pela sua contribuição ao fortalecimento da cultura indígena e à sabedoria local. Sem embargo, representantes da FUNAI entrevistados consideram o kit FBF inadequado para trabalhar com os povos indígenas devido a seu enfoque demais biomédico. Em sua opinião o kit não é bem compreendido pelos indígenas pelo que o diálogo e a “troca de saberes” torna-se complicada. Estes mesmos entrevistados opinam que para conduzir este tipo de oficinas é necessário um moderador que conheça bem os temas de inter-culturalidade.

Os resultados das oficinas de troca de saberes foram utilizados para a elaboração da Cartilha sobre os Direitos e os Cuidados com as Crianças. Estes resultados deveriam ser amplamente disseminados com as instituições públicas e outros atores que trabalham nestas áreas.

As oficinas de troca de saberes serviram também para realizar a disseminação da Convenção 169 sobre Povos Indígenas da OIT. Os participantes nas oficinas tiveram a oportunidade de discutir os principais artigos da Convenção.

Integração da Política Nacional de Atenção de Saúde dos Povos Indígenas e a Política Nacional de Humanização

A humanização nos serviços públicos de saúde se fundamenta no respeito e valorização da pessoa humana, e constitui um processo que visa à transformação da cultura institucional, por meio da construção coletiva de compromissos éticos e de métodos para as ações de atenção à Saúde e de gestão dos serviços. O PC considerou importante determinar a situação de humanização dos serviços de saúde prestado aos povos indígenas nos quatro municípios de atuação do PC. Com este motivo, se realizaram oficinas com profissionais de saúde que atuam com os povos indígenas, usuários dos serviços e gestores da área nas duas áreas de intervenção do Programa.

Estas oficinas motivaram a aproximação do PC com a Coordenação da Política Nacional de Humanização (PNH) do Ministério de Saúde, identificando-se algumas lacunas referentes à ausência da temática de saúde indígena nos cursos da PHN. Também foram realizados encontros sobre “Etnicidade e Humanização na Saúde Indígena”, com o objetivo de discutir diretrizes e possibilidades para integrar o tema de humanização incluído na PNH no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito à etnicidade e cultura dos povos indígenas.

Estas atividades foram realizadas em parceria com o Departamento de Atenção à Saúde Indígena (DASI-SESAI) e a Secretaria de Atenção à Saúde responsável da Política Nacional de Humanização. Como resultado, a temática da saúde indígena vai ser incluída nos cursos de formação do PNH e vai ser promovida a presença

de apoiadores do PNH nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs).

Atualmente, a SESAI manifestou que está trabalhando junto com o PNH na formulação de um projeto de formação dos apoiadores na política de humanização para que uma vez capacitados sejam inseridos em todos DSEIs

Etnomapeamentos

Para avaliar as capacidades produtivas, tradições agrícolas, geração de renda, e os recursos naturais (águas, edáficos e biológicos) necessários para a manutenção de meios de vida e segurança alimentar sustentáveis nas comunidades dos povos indígenas nas áreas do Programa foram realizados etnomapeamentos destas zonas.

O etnomapeamento é um instrumento cartográfico que tem como objetivo demonstrar aspectos culturais, históricos e de meios de vida de um território tradicional, caracterizando-se como um instrumento de fortalecimento cultural e territorial das comunidades tradicionais, além de importante insumo para a elaboração de planos de manejo ambiental e territorial.

O etnomapeamento foi realizado com base no diagnóstico de percepções e mapeamento de áreas por meio do conhecimento de representantes das etnias envolvidas. Os mapas produzidos foram posteriormente discutidos com as comunidades para refletir sobre a situação de segurança alimentar e nutrição. Este diagnóstico é uma forma de despertar o conhecimento dos jovens indígenas sobre suas terras, levando-os a conversarem com os mais velhos sobre as soluções que podem ser encontradas internamente em seus sistemas tradicionais para os problemas relacionados à gestão ambiental e territorial das aldeias.

O etnomapeamento tem contribuído também para a compreensão dos problemas produtivos, sociais e ambientais, na medida em que a comunidade indígena sistematiza o conhecimento do seu território, por meio de debates entre os diversos membros da comunidade, conforme especificidades do contexto social e da comunidade envolvida. Quando uma comunidade conhece o território que habita, além de fortalecer os vínculos com o mesmo, adquire as condições necessárias para estabelecer normas, manejar sistemas produtivos, implementar metodologias de proteção e melhorar sua qualidade de vida.

A FUNAI já adotou a metodologia do etnomapeamento em diversas de suas ações, pois é recomendada pela Política Nacional de Gestão Ambiental e/ou Territorial de Terras Indígenas (PNGATI) para criar Planos de Gestão Territorial ou Planos de Vida nas Terras Indígenas.

A metodologia do etnomapeamento, implementada pelo Programa, foi apresentada aos representantes do Grupo Interministerial de Ações Indigenistas do Cone Sul que se mostraram interessados em replicar a metodologia em outras áreas indígenas, também foi divulgada em outros eventos no nível local. Houve intenção pela parte do PC de divulgar os etnomapeamentos produzidos na FUNAI nacional mais a data nunca foi concretizada.

Alguns entrevistados na região de Alto Solimões manifestaram que seria importante realizar a devolutiva deste diagnóstico para poder contar com esta ferramenta de planejamento no futuro. Estes levantamentos deveriam ser amplamente disseminados com as instituições públicas e outros atores que trabalham nestas áreas.

Assistência Técnica e Extensão Rural indígena

O etnomapeamento realizado no âmbito do PC constatou uma ampla degradação ambiental dos recursos naturais, assim como a insuficiente produção de alimentos para consumo e comercialização por parte das aldeias indígenas da região de Dourados. Os sistemas alimentares tradicionais estavam enfraquecidos e a segurança alimentar está vinculada quase que exclusivamente à entrega de cestas de alimentos. A FUNAI carece de recursos humanos para providenciar assistência técnica na área de agricultura pelo que solicitou o apoio do Programa. O PC contratou uma equipe de assistência técnica de extensão rural (ATER) em Dourados visando fortalecer as capacidades produtivas de famílias indígenas de Dourados que estavam em situação de insegurança alimentar.

No início, a ATER acompanhou os projetos da Carteira Indígena do Programa do Ministério do Meio Ambiente e apoiou a implementação das atividades agrícolas previstas nos planos da FUNAI, elaborando um mapeamento das famílias mais vulneráveis e das suas necessidades.

A ATER apoiou tecnicamente a valorização das práticas agrícolas tradicionais, a promoção de práticas

agroecológicas e a reintrodução de plantas e árvores nativas, importantes culturalmente para os Guarani-Kaiowa e com potencial comercial. Como resultado houve um incremento na produção agrícola indígena (mandioca, cucurbitáceas e hortaliças) na área de Dourados, o que demonstra a capacidade produtiva das comunidades indígenas assim como a importância do acompanhamento técnico de extensão rural. Essa produção além de satisfazer as necessidades de consumo para subsistência tem potencial para comercialização.

A ATER também realizou oficinas sobre o acesso a políticas públicas relacionadas com a SAN, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Outra ação realizada foi o acompanhamento dos processos de regularização dos produtores rurais no âmbito da carteira de produtor rural

A ATER supervisionou e acompanhou outras muitas ações que irão contribuir a melhorar a situação de segurança alimentar das comunidades indígenas, como são: a recuperação de tanques de piscicultura, a recuperação ambiental e a construção de fogões agroecológicos. Esta última atividade tem criado bastante controvérsia com as comunidades indígenas e com a FUNAI de Dourados devido a problemas na construção dos fogões e à falta de envolvimento das instituições no planejamento desta atividade. Estes problemas estão a ser resolvidos.

O PC também apoiou a troca de saberes entre agricultores indígenas e tradicionais e a troca de experiências e intercâmbios entre os indígenas das duas regiões do PC. Destacam-se a participação de agricultores indígenas nas feiras das sementes tradicionais, o intercâmbio com projetos de conservação e organização de cadeias produtivas (do extrativismo ou de produtos agrícolas), sistemas agroflorestais e a recuperação de áreas degradadas. As lideranças indígenas entrevistadas destacam a importância de esta troca de experiências que valoriza os conhecimentos indígenas, potencia o empoderamento e incentiva aos jovens a participar na recuperação ambiental e nas atividades ligadas com a agricultura.

Esta intervenção que tem mostrado excelentes resultados poderia ter garantido a sua sustentabilidade se a ATER tivesse estado mais e melhor integrada na FUNAI. Ao início, a ATER apoiou atividades da FUNAI, mais com o desenvolvimento das ações, foram respondendo a demandas das comunidades indígenas, trabalhando de forma independente. A FUNAI não tinha recursos humanos nem condições de dar suporte a ATER e acompanhar a implementação das atividades, pelo que foi afastando-se do Programa e não considerou pertinente manifestar as suas demandas.

É importante sublinhar que embora a demanda de ações na área de agricultura familiar foi realizada nas duas áreas de intervenção, estas ações unicamente foram realizadas no município de Dourados. As agências responsáveis desta ação consideraram melhor concentrar as atividades numa zona para ter um maior impacto.

Hortas Escolares

As hortas escolares têm a finalidade de intervir na cultura alimentar e nutricional dos escolares, com base no entendimento de que é possível promover a educação integral de crianças e jovens de escolas e comunidades do seu entorno incorporando uma alimentação nutritiva, saudável e ambientalmente sustentável como eixo gerador da prática pedagógica.

O PC promoveu a instalação de 7 hortas escolares nas aldeias indígenas de Jaguapiru, Bororó e Panambizinho no município de Dourados, nas que participaram 159 professores e cerca de 3.400 alunos indígenas.

Foram realizados encontros de formação para os professores das escolas indígenas nas áreas de meio ambiente (Introdução de novas técnicas e espécies de plantas sugeridas pela comunidade escolar para o cultivo orgânico no espaço escolar e recuperação de fertilidade de solos exauridos por plantios de monoculturas por meio de plantio de adubo verde para produção de massa verde e alimento no currículo escolar) e pedagogia e educação (Legislação brasileira referente à Segurança Alimentar e Nutricional, a horta como estratégia de mudança hábitos e cultura alimentar inadequada).

As crianças ficaram muito motivadas com o trabalho na horta e apreenderam a comer alimentos muito saudáveis que nunca tinham experimentado. Como resultado, as crianças estão levando mudas e sementes para serem cultivadas nos quintais de suas casas, o que representa uma excelente possibilidade de complementar a alimentação tradicional indígena com novos produtos nutritivos

Um aspecto positivo desta experiência é a sua contribuição para a promoção/articulação entre o Governo Federal e a Secretaria de Educação Municipal a fim de apoiar a implementação das políticas públicas referentes à alimentação escolar.

A continuidade das hortas escolares e a criação de novas hortas dependem dos insumos produzidos pela própria comunidade. Por isso, o PC está tem construído dois viveiros de mudas e um minhocário que serão responsáveis pelo fornecimento dos insumos para as sete escolas indígenas de Dourados.

Esta experiência deveria ser documentada para sua divulgação em outras áreas indígenas.

Troca de experiências dos sistemas de extrativismo e agroflorestais – “Olhares Cruzados”

As demandas feitas pelos povos Guarani Kaiowá ao PC não estão unicamente vinculadas a questões relacionadas com a segurança alimentar e nutricional, mas também ao preconceito e à violência da sociedade envolvente com relação às comunidades indígenas na região. Para abordar estas questões se fez uma parceria com o Projeto “Olhares Cruzados” que tem como finalidade facilitar o conhecimento recíproco de crianças de diferentes comunidades por meio de fotografias, cartas, entrevistas e de objetos produzidos por elas em oficinas de fotografia, redação e arte.

O Programa facilitou o intercambio entre 100 crianças de 4 aldeias Guarani Kaiowá (4 no Estado do Mato Grosso Sul e 1 em Paraguai). A metodologia utilizada envolveu a produção de fotografias, desenhos e a realização de entrevistas com personalidades locais escolhidas por elas, e demonstrou o potencial do projeto como instrumento de comunicação inter-generacional, pois as crianças não tem costume de dialogar com os adultos, e estes acabam não tendo meios para transmitir seus conhecimentos e experiências para os mais jovens.

As crianças tiveram a oportunidade de retratarem o contexto onde vivem seus meios de vida, valores culturais e desejos para o futuro, a partir dos seus próprios olhares, e pesquisarem saberes das suas comunidades.

Os intercâmbios entre as crianças propiciaram o fortalecimento da transição agroecológica que o Programa está promovendo nas aldeias, pois os indígenas conhecem as experiências que nas áreas dos sistemas agroextrativistas e agroflorestais tiveram sucesso e se animam para replicá-lo em suas aldeias e/ou quintais.

A partir do intercâmbio entre as comunidades, os indígenas podem se reconhecer e aprofundar identidades comuns – fundamentais para a construção de alianças e fortalecimento de suas identidades. O olhar das crianças e adolescentes, ao expressarem a forma como se vêem e querem ser vistas, é um instrumento de sensibilização para as lutas de suas comunidades. Permitir que as crianças sejam as porta-vozes de suas aldeias cria uma empatia maior com a sociedade, que tantas vezes só toma conhecimento dessas realidades pelas escassas notícias veiculadas na media sobre a violência da qual são vítimas.

Com os resultados desta experiência se publicou um livro, impresso em Guarani-Português, que vai ser distribuídos pelas escolas, bibliotecas e centros de cultura, permitindo o intercâmbio, cruzamento de olhares, construção e fortalecimento de alianças.

RESULTADO 2 - POVOS INDÍGENAS EMPODERADOS PARA EXIGIR SEU DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAÚDE, E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS CAPACITADAS E FORTALECIDAS PARA DESEMPENHAR SUAS FUNÇÕES.

Este resultado tem por objetivo promover o empoderamento dos povos indígenas e suas lideranças e organizações, visando ao fortalecimento da capacidade dos povos indígenas de exigir seus direitos humanos. Todas as atividades realizadas baseiam-se na participação social dos povos indígenas e no respeito por suas tradições, culturas e referências étnicas. Por este motivo, a metodologia adotada nestas ações tem promovido à autonomia dos envolvidos e à revitalização social da cultura local. Destacam os seguintes logros:

Participação dos povos indígenas em instancias de controle social

O PC tem promovido a participação dos povos indígenas em importantes instâncias de controle social relacionadas com a segurança alimentar e nutricional, como o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA-, no intuito de dar visibilidade às questões indígenas relacionadas com a SAN nestes fóruns de discussão.

Em nível institucional, o Programa tem incentivado a criação de CONSEAs municipais com o objetivo de facilitar a participação da sociedade civil no acompanhamento e aprimoramento das ações e atividades do Programa, bem como favoreça a formulação e o acompanhamento de outras políticas de SAN. Em Dourados, o processo de criação do CONSEA local foi iniciado em 2011, e em Tabatinga em 2012.

O Programa tem apoiado também a participação dos povos indígenas das duas regiões de atuação na plenária do CONSEA Nacional, na IV Conferência Nacional de SAN e nas reuniões da Comissão Permanente de Povos Indígenas (CP6)¹, na qual uma liderança de Dourados foi eleita Conselheiro do CONSEA e presidiu a CP6. Prévio à reunião de IV Conferência de SAN, o Programa apoiou a participação das lideranças indígenas das 2 regiões no Encontro Preparatório de delegados indígenas que teve grande sucesso já que todas as propostas elaboradas durante o Encontro foram aprovadas na Conferência. Espera-se que este resultado possa contribuir a que as demandas dos povos indígenas em relação com a SAN sejam incluídas na Política Nacional de SAN.

O PC, em parceria com o CONSEA e a CAISAN nacional e do estado de Mato Grosso do Sul e parceiros locais, apoiou a Prefeitura de Dourados (Secretaria Municipal de Assistência Social) na realização dum evento para criação do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)². Durante o evento, os participantes tiveram a oportunidade de conhecer o funcionamento e a organização do SISAN e a experiência do município de Diadema (São Paulo) com esse Sistema. O produto da oficina foi uma minuta do projeto de lei de criação do SISAN em Dourados. O projeto de lei deveria ter sido aprovado em Dezembro de 2012, mas devido às eleições municipais esse processo ficou adiado.

Convenção 169: tradução e disseminação

A Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da OIT foi ratificada pelo Brasil em 2002. A Convenção constitui o primeiro instrumento internacional vinculante que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas. Os conceitos básicos que orientam a interpretação das disposições da Convenção são a consulta e a participação dos povos interessados, e o direito desses povos de definir suas próprias prioridades de desenvolvimento, na medida em que afetem suas vidas, crenças, instituições, valores espirituais e a própria terra que habitam e utilizam.

Em 2011, o Governo do Brasil iniciou o processo de diálogo social com a sociedade civil visando à regulamentação dos procedimentos de consulta aos povos indígenas. A OIT foi requisitada pela sociedade civil, as organizações indígenas e o governo para apoiar o diálogo entre as partes. Nesse contexto, o PC prestou apoio técnico ao processo com o objetivo de fortalecer o diálogo como mecanismo de promoção da justiça social, estabelecendo mecanismos de consulta apropriados para tornar efetivos os direitos dos povos indígenas e garantir, entre outros fatores, a segurança alimentar nas comunidades indígenas.

Para sensibilizar aos povos indígenas respeito do conteúdo da Convenção 169, como parte do processo de regulamentação da consulta prévia, se realizaram dois tipos de ações. De uma parte, o Programa organizou um grande número de oficinas visando à disseminação dos direitos dos povos indígenas. Estas oficinas foram realizadas tanto nos locais de atuação do Programa como ao nível nacional em parceria com o Governo Federal. De outra, o PC organizou a tradução, publicação e distribuição da Convenção 169 nas línguas Guarani-Kaiowa, Terena e Ticuna. A tradução foi realizada em parceria com professores indígenas especialistas em suas línguas. A publicação foi elaborada em parceria com a UNIGRAN (Centro Universitário da Grande Dourados), em versão bilíngue para permitir que seja utilizada pelos 897 mil indígenas do Brasil. O material tem sido distribuído nas reuniões e eventos do PC nas duas regiões, e a través de outros parceiros como organizações da sociedade civil, organizações indígenas e o próprio governo, no contexto da iniciativa de regulamentação da consulta prévia. Também foram confeccionados CDs contendo a versão em áudio da Convenção traduzida

A disseminação do conteúdo da Convenção 169 tem implicações direitas no contexto político e econômico dos povos indígenas e pode fortalecer o movimento indígena na busca da realização de seus direitos. Por isso, é essencial que as lideranças indígenas e a comunidade indígena em geral, compreendam bem a utilidade da Convenção e as implicações dos diferentes artigos. Em reuniões mantidas em Alto Solimões, as lideranças manifestaram sua satisfação pela tradução da Convenção 169 nas línguas indígenas da região mais sublinharam a necessidade de capacitações em profundidade para compreender bem o conteúdo e poder utilizá-lo eficazmente.

¹ A Comissão Permanente 6 é uma das 6 comissões permanentes do CONSEA; trata da Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas

² O SISAN tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional; estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil; bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional no Brasil.

Outro aspecto que poderia ter maximizado o impacto desta atividade, teria sido utilizar a realização de outras atividades do Programa (de agricultura, saúde, artesanato, escolas, comunicação...) para disseminar a Convenção, como foi feito no caso da Troca de saberes.

Fortalecimento da participação social de adolescentes e jovens indígenas por meio da comunicação

As lideranças indígenas, preocupadas com a situação de violência, suicídio e abusos de álcool e drogas nas comunidades, demandaram ao Programa a promoção de atividades com os adolescentes e jovens, assim como a criação de espaços onde os jovens pudessem debater temas relativos aos direitos humanos, à alimentação, à saúde e a outros temas de interesse coletivo.

Para responder a esta demanda, o PC desenhou um Programa de formação em comunicação vinculado às escolas indígenas. Foram criados 2 clubes de comunicação em Dourados e 3 núcleos de comunicação nos 3 municípios do PC do Alto Rio Solimões, que receberam capacitações e equipamentos (filmadoras, câmeras fotográficas, computadores, notebooks, data shows, impressoras, entre outros) Os jovens e adolescentes participaram de oficinas (de fotografia, rádio, produção de vídeos e jornais) onde aprenderam a utilizar essas principais ferramentas de comunicação e, uma vez treinados, realizaram Programas de rádio, vídeos, jornais e exposições fotográficas sobre temas relacionados aos direitos humanos, em especial os dos povos indígenas, de crianças e adolescentes, a partir de informações coletadas em suas comunidades.

Foi uma ação muito bem sucedida, na qual colaboraram com muito entusiasmo um grande número de parceiros (desde professores, agentes indígenas de saúde, parteiras, lideranças, jovens, gestores até o pessoal da rádio e da televisão local). A aquisição destas capacidades de comunicação tem contribuído para o fortalecimento da participação dos adolescentes e jovens em eventos e instâncias locais e nacionais. As lideranças indígenas locais passaram a valorizar a participação dos jovens comunicadores nas reuniões, assembléias e eventos realizados nas aldeias, e as instituições locais e nacionais passaram a considerar estes núcleos de comunicação na composição dos eventos e discussões.

Além disso, os jovens ficaram muito motivados, dedicando grande parte do tempo livre para produzir peças de comunicação (vídeos, Programas de rádio, jornais e fotografias) para mostrar a vida nas comunidades indígenas a partir do olhar dos adolescentes e jovens.

Esta atividade foi desenvolvida com maior sucesso na região do Alto Rio Solimões, onde todos os entrevistados (desde o pessoal de saúde até as lideranças) mencionaram o sucesso desta experiência. Isto foi devido ao acompanhamento constante e muito de perto da agência da ONU responsável, a uma maior articulação e mobilização de parceiros estratégicos de toda índole, além de a metodologia baseada na interação dos jovens com a comunidade e com os parceiros. Vale ressaltar que os professores ficaram muito envolvidos com os trabalhos dos jovens e que a atividade está a gerar grandes aspirações de futuro nos jovens.

Para além dos logros acima mencionados, houve outras ações de grande interesse que também contribuíram ao empoderamento dos povos indígenas, como são a elaboração das Cartilhas sobre os direitos e os cuidados com as crianças em versões bilíngues (Guarani-Kaiowa-Português, Terena-Português e Ticuna-Português) que foram produzidas através um processo de validação participativo com os participantes nas oficinas de Troca de saberes, o Edital de Pequenas Doações a Projetos Indígenas (PDI) que contribuiu a que acadêmicos indígenas retornassem a suas aldeias para implementar pequenos projetos relacionados com a sua formação nas áreas de segurança alimentar, saúde, educação, comunicação entre outras, e o apoio às mulheres indígenas na elaboração de propostas para à Chamada para projetos de Mulheres Indígenas, da Carteira Indígena.

RESULTADO 3 - DIAGNÓSTICO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS REALIZADOS

O PC produziu um grande número de diagnósticos sobre a caracterização das comunidades indígenas nos 4 municípios do Programa, mais a maioria (levantamento de demandas, troca de saberes e etnomapeamentos) já foram descritos na seção do Resultado 1 por estar relacionados com a situação de segurança alimentar realizados. Nesta seção se tem incluído outras ações bem sucedidas relacionadas diretamente com este resultado.

Diagnóstico de percepção de direitos das crianças e mulheres indígenas

Esta ação surgiu pela falta de diagnósticos na área dos Direitos Humanos das populações indígenas na área de abrangência do PC.

Cerca de 500 lideranças, mulheres, jovens e crianças indígenas, bem como rezadores/pajés, de parteiras e de Agentes Indígenas de Saúde (AIS), participaram em reuniões e grupos focais. O objetivo destas reuniões foi captar as percepções destas comunidades indígenas respeito do grau de realização dos direitos humanos de mulheres e crianças para poder procurar a melhoria da qualidade de vida destas comunidades.

Na área de Dourados, os maiores problemas estão relacionados com a sensação de insegurança diante da violência física e letal (brigas, mortes, espancamentos, suicídios). Destaque, em especial, à prática da violência simbólica: humilhações e preconceito por serem índios; não atendimento das necessidades básicas (saneamento, alimentação, moradia, etc.); dificuldades para geração de renda e emprego; ausência de expectativas de futuro e opções de ocupação para os jovens.

Na área de Alto Solimões, os problemas que mais preocupam a população estão relacionados com o atendimento à saúde, em especial atendimentos de alta complexidade, falta de estrutura e agentes (médicos, enfermeiros, etc.), além das grandes distâncias; aparece também, em menor escala, a sensação de insegurança, diante da violência, fruto, sobretudo, do consumo de bebida alcoólica e de drogas ilícitas; dificuldades para concretização de uma educação indígena efetivamente intercultural, que procure o diálogo entre as culturas.

Estes diagnósticos serviram para reorientar as atividades do PC, incluindo algumas atividades que inicialmente não estavam previstas, como por exemplo, os colóquios sobre a rede de proteção à infância indígena e estratégias de enfrentamento ao racismo.

Os diagnósticos de percepção de direitos deveriam ser amplamente divulgados para subsidiar futuros projetos e políticas de intervenção do Poder Público, de outras instituições e de organizações que trabalham na garantia dos direitos das crianças e mulheres indígenas.

Articulação de políticas para a integração da Rede de Proteção a Infância indígena

A raiz de uma demanda da Coordenação Regional da FUNAI em Dourados e dos resultados do Diagnóstico de Percepção de Direitos realizado no âmbito do Programa, foi identificada a necessidade de abordar o tema dos direitos de crianças e jovens nestas áreas indígenas. Os diagnósticos identificaram alguns problemas e violações de direitos de que sofrem estes povos muitos de eles relacionados com as crianças e adolescentes; entre os que destacam a exploração sexual de crianças, agressões e falta de segurança, suicídios, a utilização de álcool e drogas pelos jovens além de humilhações, preconceitos e dificuldade de atendimento a necessidades básicas, como saúde, saneamento, alimentação e moradia.

O Programa considerou que era de extrema importância promover um debate sobre a rede de proteção da criança indígena embora esta atividade não estivesse prevista no PRODOC.

Em Dourados foram organizados dois colóquios sobre infância e juventude entre os Kaiowá, Guarani e Terena e reuniões nas que se abordaram estratégias para o enfrentamento do racismo sofrido pelos indígenas neste município, e o fortalecimento da Rede de Proteção à Infância Indígena para garantir os direitos de crianças e adolescentes que ainda são muito vulneráveis. Estas reuniões foram fundamentais para aproximar os atores, pois nelas participaram as instituições públicas, a comunidade indígena e a população local, e por ter constituído o primeiro esforço sistemático de discutir a Rede de proteção da infância indígena. Como resultado destes encontros se elaboraram Diretrizes básicas para orientar a técnicos e gestores municipais das diferentes políticas setoriais ligadas à infância, adolescência e juventude no estabelecimento de um fluxo de atenção integral, assegurando a inclusão das demandas da população indígena nas políticas setoriais de proteção dos direitos. Os colóquios em Alto Solimões estão planejados para os meses de Maio e Junho de 2013 com finalidade de fortalecer a rede de garantia dos direitos da criança e do adolescente. No nível nacional, se apoio a articulação entre as políticas públicas no âmbito regional e nacional (CONANDA, SEDH, ABMP e FUNAI).

Esta ação foi muito bem valorada pela FUNAI de Dourados como um exemplo de trabalho em parceria com bons resultados. A raiz de esta atividade se criou uma comissão de apoio a criança em situação difícil.

Fortalecimento do SISVAN indígena

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) do Brasil que promove as práticas alimentares saudáveis e a prevenção de doenças associadas à alimentação e nutrição, determina a realização do monitoramento da situação alimentar e nutricional a través do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

(SISVAN). O SISVAN Indígena foi criado em 2006 com o objetivo principal de fornecer informação contínua e atualizada sobre a situação alimentar e nutricional da população indígena, identificando áreas e grupos populacionais indígenas em risco, para possibilitar o desenvolvimento de ações para prevenção dos distúrbios nutricionais e de promoção de práticas alimentares saudáveis.

O fortalecimento do SISVAN tem sido uma das ações prioritárias do PC na área da nutrição. Profissionais de saúde indígenas e não indígenas responsáveis pela atualização e análise de dados do SISVAN participaram de cursos de aperfeiçoamento oferecidos pelo Programa no Alto Rio Solimões e Dourados. Foram contemplados 45 profissionais de nível superior e mais de 300 agentes indígenas de saúde (AIS) das duas regiões. Também foi distribuído equipamento (balanças e outros equipamentos antropométricos) e bicicletas para os AIS que realizam visitas domiciliares continuadas nas comunidades indígenas. Os equipamentos visam fortalecer o acompanhamento do crescimento infantil, no pré-natal e no período pós parto, com o intuito de reduzir a mortalidade infantil entre os indígenas. Os profissionais da saúde e os AIS comentaram que estes materiais não foram da melhor qualidade e que alguns já ficaram estragados.

Além dessas ações, foram pactuadas com o Ministério da Saúde a inclusão do indicador altura/idade e adoção das novas curvas de crescimento (OMS) enquanto rotina dos serviços de saúde indígena, permitindo a harmonização do SISVAN indígena com o SISVAN nacional.

Os AIS das duas áreas de intervenção consideraram muito valiosa e relevante a formação recebida, mais opinaram que as capacitações deveriam ter abrangido a todos os AIS dos municípios do PC.

RESULTADO NÃO PREVISTOS

Como resultado da implementação do Programa, o sistema de Nações Unidas no Brasil adquiriu um forte compromisso com o tema indígena. Como consequência, estabeleceu parcerias com instituições governamentais para trabalhar o tema de direitos humanos para os povos indígenas no futuro.

Atualmente o UNCT (United Nations Country Team) de Brasil esta retomando uma iniciativa que iniciou em 2011, que consiste na produção conjunta de “Position Papers” (documentos de opinião das agencias do sistema da ONU) sobre temas de grande interesse e atualidade. Um dos documentos que vai ser produzido este ano abordara a situação de direitos dos povos indígenas e outros assuntos relacionados com seu desenvolvimento.

As cinco agências envolvidas no Programa ficaram muito sensibilizadas com a importância de dar continuidade ao trabalho nas áreas indígenas pelo que estão elaborando propostas e projeto com este propósito.

Foi realizado o Seminário de Encerramento do PC, em Brasília nos dias 27 e 28 de maio de 2013 com a participação de mais de 180 pessoas incluindo os indígenas das duas regiões, onde foi reafirmado o compromisso entre as Nações Unidas e o Governo Brasileiro, e foi assinada uma Carta de Intenções, com o intuito de assegurar a continuidade dos esforços conjuntos para o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas. A Carta de Intenções no Anexo VII expõe as próximas ações, incluindo o reforço do tema no âmbito do Grupo Temático de Raça, Gênero e Etnia, entre outros.

Este resultado que não estava previsto no PRODOC vai ter um impacto muito positivo na sustentabilidade do PC.

III. GOOD PRACTICES AND LESSONS LEARNED | Boas Práticas e Lições Aprendidas

- O PC tem constituído um modelo inovador de abordagem integral dos problemas de segurança alimentar e nutricional, que pode ter um grande potencial na melhora da qualidade de vida dos povos indígenas. Para que os Programas Conjuntos alcancem todo seu potencial é necessário que os principais atores participem ativamente nos processos de desenho, implementação e monitoramento e avaliação, e se apropriem totalmente da intervenção. Sem esta apropriação, a sustentabilidade da intervenção estará em risco.

- O desenho de um programa é chave para garantir o sucesso da intervenção. Deve-se investir tempo e recursos na formulação dos programas e garantir a participação dos atores. Os programas devem focalizar nos principais problemas das comunidades, ser coerentes e concretos, com ações articuladas, uma estratégia de saída bem definida, e mecanismos estabelecidos para o monitoramento e avaliação.
- A modelo de gestão administrativa e financeira de programas inter-agenciais das Nações Unidas deve ser flexível para permitir estabelecer sinergias entre as agencias, desenvolver um trabalho complementar, e realizar mudanças para poder adaptar-se a novas situações e demandas que podam surgir durante o processo de implementação.
- As agências das Nações Unidas e suas instituições contrapartes devem co-liderar a execução dos programas. Deve se estabelecer uma unidade de gestão localizada na área de intervenção, e todas as instituições devem participar no planejamento, execução e monitoramento das ações.
- Os programas devem priorizar na etapa inicial o estabelecimento da linha de base e a elaboração do plano de monitoramento e avaliação para permitir acompanhar os avanços do programa, redefinir os rumos de execução, identificar as medidas necessárias para superar as dificuldades operacionais, e organizar um registro de informações e dados desde o inicio.
- A participação das lideranças indígenas nas ações do Programa contribui decisivamente a estabelecer um vinculo entre as decisões e necessidades da comunidade e os programas e as instituições governamentais. Também contribui a garantir a sustentabilidade.
- As ações que receberam maior envolvimento dos diferentes parceiros e das agencias da ONU tem tido maior sucesso. Para o planejamento das ações é essencial ficar em contato com as comunidades, promover a compreensão da intervenção, acompanhar de perto a implementação e garantir a divulgação dos resultados. Um bom exemplo são as oficinas de comunicação em Alto Rio Solimões.
- A divulgação das boas práticas e das lições apreendidas a todos os níveis (comunitário, local, nacional e internacional) é essencial para poder transferir o conhecimento e aprendizagem acumulado e replicar as boas iniciativas em outras áreas.

LIÇÕES APRENDIDAS

1. O Programa Conjunto por seu caráter multi-setorial e inter-agencial tem constituído uma experiência piloto tanto para as instituições governamentais como para as agencias da ONU. As principais instituições envolvidas no PC valoram muito positivamente a experiência que consideram que tem um grande potencial. A experiência do PC pode ser o inicio dum processo de cooperação e colaboração entre as instituições, onde as lições apreendidas sobre o processo de desenho, de implementação e sobre o modelo de gestão vão contribuir consideravelmente a que futuras intervenções conjuntas tenham maior sucesso.

PERTINENCIA

2. O PC é pertinente com as iniciativas do Governo brasileiro e com os objetivos e lógica dos Programas Conjuntos da Janela Temática Infância, Segurança Alimentar e Nutrição, na medida em que pretende melhorar as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional direcionadas aos povos indígenas através da intensificação do dialogo com suas lideranças e comunidades visando à realização progressiva dos direitos humanos. O Programa é também coerente e esta bem alinhado com as prioridades do UNDAF 2012-2015, estando orientado à redução das desigualdades de raça e etnia na consecução dos ODM, um dos eixos prioritários deste Marco de Cooperação.

EFICIENCIA

3. A implementação do PC tem constituído um processo de aprendizagem complexo para as instituições governamentais e para as agências da ONU devido ao seu caráter multi-setorial e inter-agencial. Esta experiência tem representado dois grandes desafios: o alinhamento e trabalho conjunto com as contrapartes institucionais, e o trabalho conjunto entre as agencias da ONU. Respeito ao primeiro reto, as agencias da

ONU e suas principais contrapartes não constituíram uma verdadeira equipe para o desenho e implementação do Programa. As agências da ONU assumiram a liderança enquanto as instituições governamentais limitaram-se a acompanhar as atividades, contribuindo com conhecimentos e recursos logísticos e financeiros.

4. Com respeito ao trabalho entre as agências da ONU, o modelo de gestão administrativo e financeiro utilizado limitou consideravelmente o trabalho conjunto das agências. Cada agência administrou seus fundos seguindo seus procedimentos e regulamentos internos o que impediu tanto realizar modificações que implicassem realocação de fundos como implementar atividades conjuntas. Para, além disso, o planejamento, gestão, monitoramento e difusão das atividades não se realizaram de forma conjunta, perdendo oportunidades de procurar sinergias e maximizar o impacto do PC.
5. A gestão do PC melhorou com a contratação do Coordenador Geral do Programa e dos pontos focais nas duas regiões de atuação. Contudo, estas contratações foram realizadas muito tarde (abril e maio de 2012) e foram lês atribuídas responsabilidades muito limitadas ou não bem definidas.
6. O grau da apropriação do PC pela parte das instituições nacionais e locais e das comunidades indígenas tem sido bastante limitado, devido principalmente a dois fatores: à falta de participação no desenho do Programa e à liderança assumida pelas agências da ONU. No nível nacional, também influíram outros elementos, como o processo de reestruturação que atravessavam as principais contrapartes, a falta de suficientes recursos humanos para acompanhar as ações do PC, a rotação do pessoal, e a falta de experiência de trabalho inter-setorial e inter-institucional. No nível local, o grau de apropriação variou segundo a instituição contraparte e a região. A FUNAI em Dourados participou muito ativamente na primeira fase do Programa, mais conforme as ações foram se desenvolvendo, foi afastando do Programa, principalmente porque as agências trabalharam de forma independente sem ouvir suas sugestões. Em Alto Rio Solimões, a FUNAI deu apoio logístico e técnico mais não ficou envolvido na execução das atividades tanto pela falta de recursos humanos como pela falta de clareza sobre a finalidade e continuidade do Programa. A SESAI das duas regiões esteve muito envolvida, mais unicamente nas atividades relacionadas com a saúde. As lideranças e comunidades indígenas (mulheres, jovens, crianças...) participaram muito ativamente nas oficinas e processos participativos realizados nas duas regiões mais não houve uma verdadeira apropriação do Programa, pois não foi compreendido como uma intervenção integral com um objetivo comum.

EFICÁCIA

7. A revisão dos logros atingidos pelo PC indica um bom progresso na consecução dos resultados esperados. Embora o Programa fosse desenhado de forma vaga com atividades indicativas, a maioria das atividades no PRODOC foram concretizadas e realizadas e os produtos esperados conseguidos. Os resultados conseguidos teriam tido maior impacto se as instituições contrapartes e as comunidades indígenas tiveram-se apropriado das ações.
8. Foram implementadas um grande número de ações para melhorar a situação de segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas. Estas ações tiveram um grande foco na saúde (incremento do acesso a políticas de saúde pública), os cuidados da criança (troca de conhecimentos e práticas de cuidado da criança) e a nutrição (incremento da produção e do acesso e consumo de alimentos saudáveis e o reconhecimento dos sistemas de produção dos povos indígenas desde a perspectiva de agrobiodiversidade), e sua implementação foi baseada na etnicidade e cultura dos povos indígenas. Estas ações absorveram mais da metade do orçamento total do projeto. Contudo, para promover o empoderamento dos povos indígenas e suas lideranças e organizações, visando ao fortalecimento da capacidade dos povos indígenas de exigir seus direitos humanos (Resultado 2) se realizaram algumas ações baseadas na participação social dos povos indígenas e no respeito por suas tradições, culturas e referências étnicas. A maioria destas ações foram muito bem sucedidas e conseguiram o empoderamento das comunidades indígenas. Este componente do Programa que se considera essencial, unicamente contou com uma quarta parte dos fundos totais do PC.
9. Foram realizados vários diagnósticos participativos para conhecer os interesses e necessidades dos povos indígenas em relação com a saúde e a segurança alimentar (levantamento de demandas), apreciar os conhecimentos e práticas tradicionais de cuidado da criança (troca de saberes), captar as percepções destas comunidades indígenas respeito do grau de realização dos direitos humanos (percepção de direitos), e avaliar as capacidades produtiva, tradições agrícolas, geração de renda e as recursos naturais destas comunidades (etnomapeamentos). Estes exercícios foram extremamente interessantes, sem embargo, não foi destinado suficiente tempo e recursos para a devolutiva com os participantes, e não foram suficientemente difundidos os resultados. Alguns destes diagnósticos criaram expectativas nas comunidades indígenas que não foram satisfeitas.

10. O PC teve um resultado não previsto de grande importância. O sistema de Nações Unidas no Brasil tem adquirido um forte compromisso com o tema indígena. Como consequência, estabeleceu parcerias com instituições governamentais para trabalhar o tema de direitos humanos para os povos indígenas. Para a maioria das agências era a primeira vez que trabalhava com os povos indígenas mais todas as agências pretendem dar continuidade a estes trabalhos e ampliar suas intervenções para outras zonas.

SUSTENTABILIDADE

11. A estratégia do PC para garantir a sustentabilidade da intervenção considera o empoderamento dos atores e o fortalecimento institucional para garantir a sustentabilidade das ações.
12. No nível comunitário, é provável que os benefícios das ações do PC que foram demandadas pela comunidade, que foram implementadas com respeito à inter-culturalidade e aos “tempos” dos povos indígenas, que envolveram as lideranças no processo e que foram acompanhadas de perto pelas instituições locais e as agências da ONU, tenham continuidade no longo prazo.
13. A situação no nível local é muito diferente nas duas regiões de atuação. Enquanto na região de Alto Rio Solimões, as instituições públicas (Prefeitura, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, IFAM, OGPTB) tem participado nas diferentes atividades do Programa e atualmente estão a analisar os mecanismos e recursos necessários para garantir a continuidade das ações e sua replicação noutros comunidades indígenas, no município de Dourados, a probabilidade de continuação dos benefícios obtidos pelo Programa é mais complexa, devido ao preconceito contra os povos indígenas pela parte das instituições municipais, ao afastamento progressivo da FUNAI do PC, e a falta de recursos da SESAI.
14. No nível nacional, a grande rotação do pessoal durante o período de implementação do PC tem representado um risco importante para a sustentabilidade. Contudo, as principais contrapartes valoram positivamente o Programa e vão realizar um análise das boas praticas e lições apreendidas para dar continuidade e poder replicar esta experiência em outras áreas indígenas.

IV. FINANCIAL STATUS OF THE JOINT PROGRAMME | Situação Financeira

UN AGENCY	Total Approved Budget	Year 1	Year 2	Year 3	Total Transferred to Date (Y1 + Y2 + Y3)		Total Committed to Date		Total Disbursed to Date	
PAHO	\$2.128.451	\$897.552	\$675.747	\$555.152	\$2.128.451	100%	\$2.099.419	99%	\$2.099.420	99%
UNICEF	\$1.118.425	\$442.257	\$380.128	\$296.040	\$1.118.425	100%	\$1.118.425	100%	\$1.057.547	95%
UNDP	\$941.864	\$296.508	\$267.500	\$377.857	\$941.864	100%	\$941.657	100%	\$941.658	100%
ILO	\$816.712	\$308.604	\$331.763	\$176.345	\$816.712	100%	\$816.712	100%	\$787.930	96%
FAO	\$994.548	\$372.067	\$382.506	\$239.975	\$994.548	100%	\$972.309	98%	\$974.314	98%
TOTAL	\$6.000.000	\$2.316.988	\$2.037.644	\$1.645.369	\$6.000.000	100%	\$5.948.522	99%	\$5.860.870	98%

VI. CERTIFICATION ON OPERATIONAL CLOSURE OF THE PROJECT

By signing, Participating United Nations Organizations (PUNO) certify that the project has been operationally completed.

PUNO	NAME	TITLE	SIGNATURE	DATE
UNDP	Mr. Jorge Chediek	UN RC/UNDP RR in Brazil		09.08.2013
FAO	Mr. Alan Bojanic	FAO Representative in Brazil		12.08.2013
ILO	Ms. Laís Abramo	ILO Director in Brazil		12.08.2013
PAHO/ WHO	Mr. Joaquín Molina	PAHO/ WHO Representative in Brazil		12.08.2013
UNICEF	Mr. Gary Stahl	UNICEF Representative in Brazil		12.08.2013 15/8/13